



ACTA N° 4/2009

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2009
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE ABRIL DE 2009

-----No dia 27 de Abril de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Abril, convocada ao abrigo do n° 1 do Art. 49° da Lei n° 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n° 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do n° 2 do Art. 19°, do n° 1, n° 3 e n° 7 do Art. 23°, do n° 3 do Art. 26° e n° 2 do Art. 29°, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Cedência referente à construção da nova Escola EB 2,3, Pavilhão e Infra-estruturas de suporte, no Moinho do Azeite;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Execução a Estabelecer entre o Município de Lagos e o Ministério da Educação, no âmbito da transferência de competências para os Municípios;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão – ano 2008;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Alteração Oficiosa ao Alvará de Loteamento n° 1/81 – Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita na Vila da Luz;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de desafecção de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Porto de Mós – Freguesia de Santa Maria;***
- **PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal, sita nos Montinhos da Luz – Freguesia da Luz;***
- **PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de Geminação entre o Município de Lagos e o Município de Torres Vedras;***
- **PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de Geminação entre o Município de Lagos e o Município de Ribeira Grande, Açores.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a



Fl. 28 v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	SESSÃO
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	24/03/2009

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Fernando Ferreira Alves - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----**ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 19/2007 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 10 de Dezembro de 2007.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 27/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 19/2007 - 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 10 de Dezembro de 2007.-----



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----Acta nº 20/2007 da 3ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de Dezembro de 2007.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	7	2	1	23
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 28/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta 20/2007 - 3ª Reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 17 de Dezembro de 2007.-----

-----Acta nº 1/2008 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de Fevereiro de 2008.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	7	2	1	23
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 29/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta 1/2008 - 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 25 de Fevereiro de 2008.-----

-----Acta nº 2/2008 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Março de 2008.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 30/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 2/2008 - 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Março de 2008.-----

-----Acta nº 3/2008 da Sessão Extraordinária de Abril de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Abril de 2008.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 31/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 3/2008 - Sessão Extraordinária de Abril de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 3 de Abril de 2008.-----

-----Acta nº 4/2008 da Sessão Ordinária de Abril de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de Abril de 2008.-----



-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 32/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Acta 4/2008 - Sessão Ordinária de Abril de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de Abril de 2008.-----

-----Acta nº 5/2008 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de Junho de 2008.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação tendo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	7	2	1	23
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 33/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta 5/2008 - 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2008 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 30 de Junho de 2008.-

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 50/09 a 120/09, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 19/09 a 81/09, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** durante esta leitura, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.03
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.04
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.10

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU: “Está em curso a obra de desenterramento do antigo porto de Lagos, o Cais Velho, soterrado pela incúria e ignorância com que foi construída a Avenida da Guiné, que teve luzida e solene inauguração nos idos de 1940. Os valores então prevalecentes nos centros de Poder político, não se preocupavam com a preservação dos registos e das memórias históricas relacionadas com o quotidiano das pessoas e das sociedades, com a sua vida e o seu trabalho. Nessa definição, encontrava-se o Cais Velho de Lagos. Não era um exemplo de glórias passadas, não tinha nada da imagem adoptada como representativa do nacionalismo que o Poder fascista da época exaltava, estatuto esse que reservava, em exclusividade, para muralhas com ameias e pouco mais. Assim, enterrou-se o Cais Velho, ficou na memória de quem o conheceu e viu, ou



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

participou, na sua actividade. Que era bem essencial na vida marítima, industrial e económica de Lagos, nele se movimentava o que era transportado por mar. Nele aconteceram momentos marcantes na História do País, por ele saíram os navegadores que iniciaram os Descobrimentos, nele teve lugar o embarque do exército que D. Sebastião levou ao que seria a derrota em Alcácer Quibir. E, desde a sua construção em tempos que estão sendo investigados, foi, sempre, o principal porto de trabalho, era o local onde se carregava a exportação por mar dos produtos fabricados em Lagos, como as conservas de peixe. Agora, está a buscar-se um meio de repô-lo como peça essencial para a documentação sobre a vida marítima de Lagos. Para ser mostrado, factor que ele é, de primeira qualidade para o conhecimento da identidade da Cidade e das suas gentes. Nesse sentido, há que completar a simples mostra do cais construído, deverão ser fornecidos ao Cais Velho meios adequados e rigorosos, com qualidade técnica e científica compatível com a sua importância histórica, para que possa adquirir capacidade de carácter pedagógico. Isto é, capaz de responder aos mais exigentes níveis do conhecimento sobre Lagos, assim como contribuir para a divulgação generalista, escolar e turística, da História marítima de Lagos. Será cumprir a função social do Cais Velho como peça museológica, no contributo para o desenvolvimento de Lagos, mais e melhor a dando a conhecer e compreender. Este desiderato resolve-se com a criação de um Centro de Interpretação, que mostre o entrelaçamento da vida da Cidade com a evolução das condições portuárias, desde o porto espraído original até ao porto equipado dos nossos dias. E que apresente como se pode desenhar a relação Lagos-porto-mar para o futuro, na reafirmação da Lagos marítima. De acordo com os mais evoluídos conceitos da moderna museologia, um Centro de Interpretação deverá ser instalado “in situ”, acompanhando os elementos naturais e construídos a que se refere, neste caso o mar e o porto. Óptimos meios para o efeito existem no local, em que o mais indicado, até porque ele próprio fazia parte da vida do porto, seria o edifício do Mercado de Escravos, idealmente, se possível, ocupando os dois pisos. Mas também o Armazém Regimental, com possibilidade de articulação com a Casa da Janela Manuelina. Exceptuando esta, os outros dois edifícios não são totalmente de propriedade de entidade de Lagos, mas certamente que haverá mecanismos legais para resolver essa situação. Lagos precisa que tudo se faça para instalar o Centro de Interpretação do porto. Estão em causa tanto o mais significativo elemento histórico construído revelador da identidade de Lagos, como a mensagem cultural que nos cabe legar para os vindouros. Saibamos compreender isto. Face ao exposto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere recomendar à Câmara Municipal a criação de um Centro de Interpretação do Porto de Lagos nos termos dos considerandos atrás expostos.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respectiva introdução do documento.----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o local deve ser preservado, uma vez que conta muita da história de Lagos desde os Descobrimentos, mas a proposta da CDU, no entender do PS, quer condicionar, de alguma forma, aquilo que entende por ser um centro de



interpretação, uma vez que aponta locais e diz “nos termos dos considerando atrás dispostos”. Referiu que não lhe parece bem que a Moção condicione, de alguma forma, um possível local para o centro de interpretação, por isso o PS não concordava com a Moção, nos termos em que a mesma está redigida, a não ser que a redacção final passe a ser a seguinte “que a Assembleia Municipal de Lagos delibere recomendar à Câmara Municipal...”. Disse que a Câmara Municipal, com certeza, já deve estar a tentar arranjar espaços para interpretação do cais e não só.----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que não concordava com a proposta e por isso iria votar contra. Referiu que nunca tinha concordado com as obras que estão a ser feitas no local em questão, considerando a mesma um gasto exagerado, uma vez que o espaço estava bom e as obras vieram trazer incómodos para a população. Disse que a Câmara já tem técnicos e espaço para fazer este tipo de tratamento a achados arqueológicos. Reafirmou ainda que não concordava com mais encargos para a Câmara na actual conjuntura.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD concordava com a proposta da CDU. Esclareceu que se deitar dinheiro à rua é defender aquilo que de melhor temos na cidade, então muito dinheiro jogou à rua a Câmara Municipal nos últimos anos, porque muitos eventos que foram feitos pouco, ou nada, dignificaram ou elevaram a cultura lacobrigense. Recordou que em Lagos era para haver um Fórum dos Descobrimentos, mas isso não vai ser realidade, falando-se agora do Espaço dos Descobrimentos, mas nada é visto. Disse que o Armazém Regimental está num estado degradante, sendo que a proposta da CDU recupera o património que Lagos tem para mostrar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que concordava com alguns Parágrafos do texto da CDU, mas considera que centros de interpretação é uma ideia que está muito gasta e muito vista e ainda por cima um centro de interpretação que venha a ser localizado em dois locais pelos quais a Câmara Municipal tem vindo a lutar, junto das entidades que os gerem, uma vez que não são do Município, mas sim o Exército Português. Deseja que esta entidade passe os espaços para o Município. Informou ainda que os espaços do Armazém Regimental e o Mercado dos Escravos estão incluídos no Plano Museológico de Lagos. Terminou dizendo que não se justificava criar uma estrutura destas neste momento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a proposta apresentada pretende dar destaque a uma coisa importante e que deve ser valorizada com o proposto. Em relação à localização disse que os espaços sugeridos têm um enquadramento histórico. Referiu que os centros de interpretação são usados por todo o Mundo.----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a cultura não deve ser moda e era pena que os políticos que dirigem, actualmente, a Câmara Municipal, pensem que a cultura se faça de modas e não se faz; cultura é cultura e deve-se valorizar o património. Disse que a obra foi feita e que foi gasta uma série de dinheiro na mesma, tendo sido colocado à vista de todos um pouco do património da história de Lagos, pelo que, nada como criar um ponto de interesse de modo a definir e a explicar os efeitos, as condições e as características daquele local. Assim, a proposta



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

da CDU, faz todo o sentido. Disse que o discurso da Câmara Municipal em relação a esta proposta é de má fé política. Afirmou que o argumento de não criar este centro de interpretação porque é mais um encargo para a Câmara não é válido porque a Câmara tem criado muitos encargos como, por exemplo, as empresas municipais. Referiu ainda que o dinheiro gasto na criação de centros de interpretação tem retorno, ao contrário de outras coisas criadas pela Câmara Municipal.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	7	2	0	9
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	0	0	1	17

-----**DELIBERAÇÃO Nº 34/AM/2009:**

-----**Reprovada**, por maioria, esta Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Eu abstive-me porque entendo que a Proposta da CDU, se bem que seja de louvar, não vem trazer nada de novo àquilo que está a ser feito; é uma mera opinião.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo do PSD: “Considerando que: – O Decreto-lei n.º 247/87, de 17 de Junho, regula o abono para falhas para o pessoal da Administração Local não integrado na carreira de Tesoureiro; – O n.º 4, do Art.º 17.º, do citado Decreto-lei, dispõe que “o pessoal integrado em carreira cujo conteúdo funcional implique o manuseamento de dinheiro terá direito a abono para falhas, de montante igual a metade de 10% do vencimento ilíquido dos tesoureiros e respectivas categorias (sublinhado nosso). Atendendo, igualmente, a que: – Tal direito a abono para falhas é expressamente reconhecido pelos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal (*vide* informações 098/PTC, de 12-07-2005 e 082/PTC, de 17-07-2007, ambas objecto de concordância das Chefias respectivas); – Desde 19-03-2003 que é reiteradamente requerido pelo funcionário Nuno Joel de Jesus Pacheco da Costa, sem que lhe tenha sido concedido, o pagamento de abono para falhas relativo às funções de manuseamento de dinheiro por si exercidas na bilheteira do Centro Cultural de Lagos ao serviço do Município; – Tal direito a abono para falhas parece ser-lhe também reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, (*vide* V/ Despachos de 11-05-2005 ou 12-04-2007). A Assembleia Municipal de Lagos reunida na sessão ordinária de 27 de Abril de 2009 delibera instar a Câmara Municipal de Lagos a efectuar: a) O pagamento imediato e integral dos abonos para falhas legalmente devidos ao funcionário Nuno Joel J. P. da Costa pelas funções de manuseamento de dinheiro e respectivo período em que as desempenhou na bilheteira do Centro Cultural de Lagos ao serviço do Município; b) O pagamento dos retroactivos dos abonos para falhas legalmente devidos a todos os funcionários da Câmara Municipal de Lagos com funções de manuseamento de dinheiro e não



integrados na carreira de Tesoureiro.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) fez a respectiva introdução do documento.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que o documento refere que o abono para falhas é reconhecido pelos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal e que o próprio Presidente da Câmara reconhece que têm direito, por isso não percebe o surgimento desta Moção e porque não é pago o abono para falhas às pessoas.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que também surgiram algumas dúvidas à Bancada do PS, porque a Moção do PSD refere duas Informações, mas existem mais Informações, nomeadamente uma que não é mencionada e onde se pode ler que “a atribuição do abono pretendido não tem previsão legal”, sendo estas palavras do Provedor de Justiça.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a Moção apresentada relata o que se passa no presente e a Informação mencionada pelo Sr. Paulo Jorge é duvidosa porque não se percebia se o Provedor quando emitiu esse juízo estaria ainda, ou não, em funções. Referiu que o que estava em causa era o direito de um funcionário municipal e há um parecer dos Serviços da Câmara que diz que a pessoa em causa tem direito ao subsídio. Disse que se o PS tem dúvidas que vote contra os funcionários da Câmara Municipal que manuseiam dinheiro e que está contra a que os funcionários recebam aquilo a que têm direito, fazendo depois, cada um, a sua interpretação sobre isso.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a Bancada do Partido Socialista e o Executivo camarário, no qual o Partido Socialista se revê, sempre esteve e sempre estará ao lado dos trabalhadores. Referiu que a Informação por si citada também diz que desde Julho de 2008 que é pago o abono para falhas a quem for reconhecido ter esse direito, por despacho, ou seja, está a ser pago abono para falhas aos funcionários que têm despacho de designação. Afirmou que o PS não tem medo de que as pessoas saibam a posição do Partido Socialista em relação às suas tomadas de posição. Informou que o PS ia votar contra e apresentar a sua declaração de voto.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que não discutia a justeza do solicitado pelo funcionário, mas gostava de saber se o funcionário terá recorrido, na defesa dos seus direitos, a um sindicato ou ao Ministério Público, que obrigue a Autarquia, se for caso disso, a ressarcir-lo daquilo a que ele tem direito.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), respondeu ao Sr. Eduardo Santana, dizendo que, segundo sabe, o funcionário recorreu ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Perguntou ao Sr. Paulo Jorge o que é um despacho de designação, para tentar perceber o porquê deste funcionário não ter sido alvo de um despacho de designação, dado que este manuseou dinheiros.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, afirmou que tomou uma solução salomónica, propondo a divisão pelos 5 trabalhadores do Centro Cultural que manuseavam dinheiros, do abono para falhas, mas como não foi conseguido consenso, acabou por revogar o seu despacho. Afirmou ainda que desde a sua fundação, nunca nenhum funcionário do Centro Cultural tinha pedido o abono e se fosse levada esta interpretação até ao fim, algum administrativo podia vir a pedir o



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

vencimento de Director de Departamento, de Vereador ou de Presidente da Câmara. Realçou que o Sr. Nuno Joel veio provar que nesta Câmara as pessoas podem reclamar e informou que uma senhora que já está reformada, não sabe há quantos anos, que limpava o pó e por vezes recebia o dinheirinho das pessoas, também veio solicitar, o abono para falhas. Disse que não se admirava do PSD apresentar esta Moção uma vez que nada mais tem por onde pegar em relação ao actual Executivo, mas que este funcionário tem o direito e pode servir-se de um sindicato e/ou dos seus advogados para fazer valer os seus direitos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que não esperava ouvir da boca de uma pessoa que está ligada à Justiça o que ouviu sobre o Provedor de Justiça. Informou que o Provedor de Justiça tinha respondido a um requerimento feito pelo próprio funcionário, ou seja, o funcionário já se movimentou para zelar pelos seus direitos e caso tenha direito a Câmara pagar o que tiver para pagar.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) esclareceu que a Lei do Orçamento do Estado, para 2009 refere algumas alterações à Lei que regula os abonos para falhas e diz que o abono para falhas pode ser reconhecido a um ou mais trabalhadores. Referiu que se há funcionários que manuseiam dinheiro e não recebem abono para falhas, não o devem fazer.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) sugeriu que solicitasse a alguém que verificasse a jurisprudência que há sobre este tipo de situações. Disse que se as pessoas mexem em dinheiro pontualmente, não devem ter direito a abono para falhas, mas que se mexem em dinheiro regularmente devem ter esse abono, isto na sua opinião, acrescentado que nos dias que correm as pessoas têm que ser cada vez mais polivalentes. Referiu ainda que, ao que lhe parece, o Provedor de Justiça continua em funções até outro tomar posse.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a falta de despacho de designação não é imputável ao trabalhador, mas sim às chefias dele ou, eventualmente, ao Presidente da Câmara. Disse que não tinha percebido a posição da Câmara quando diz que não têm direito e depois quer dar um quinto do abono. Terminou dizendo que os funcionários em causa merecem mais respeito, devendo ser pago o que lhes é devido.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que os abonos para falhas só são pagos enquanto a pessoa mexe com dinheiro.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que na sua opinião os argumentos que o Sr. Presidente da Câmara apontou não eram válidos, porque lhe parece que em certos casos os pareceres jurídicos são para cumprir e noutros casos não. Referiu que este funcionário conseguiu que fossem designados funcionários no Centro Cultural para mexer em dinheiro. Disse ainda que por vezes é preciso saber recuar.--

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PSD tendo a mesma obtido o seguinte resultado:



	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	7	2	1	10
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO Nº 35/AM/2009:**

-----**Reprovada**, por maioria, esta Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Não participou na votação por estar ausente da sala, **O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND). “Eu abstive-me porque perante o avolumar de argumentação que foi aqui aduzida em relação a esta Moção fiquei completamente confuso, por isso sugeri à Assembleia que verificasse a jurisprudência para esclarecer o assunto.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos, votou contra a Moção apresentada pela bancada do PSD a Assembleia Municipal realizada em 27 ABRIL2009, por entender que: 1. A mesma se reveste de carácter meramente político, uma vez que nos seus considerandos não aduz os argumentos contraditórios, omitindo a informação nº 29 de 02/12/2008, da Divisão de Recursos Humanos. 2. Com esta atitude mais uma vez fica demonstrado que o PSD, recorre a meias verdades para tentar atingir os seus objectivos eleitoralistas. 3. Para o PSD não está em causa a resolução de um eventual problema de cariz laboral, mas sim uma forma de criar mais um caso político. Apesar dos considerandos para a não votação favorável da Moção apresentada, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal reiteram mais uma vez todo o apoio aos trabalhadores sejam eles municipais ou não , no sentido de que todas as regalias, direitos e responsabilidades sejam aplicados.”-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte Saudação: “Os 35 anos da Revolução de Abril foram comemorados por todo o país, assinalando-se assim o derrube do regime fascista e as conquistas históricas que trouxeram profundas transformações à realidade do país e à vida do povo português. Destaca-se o grande desfile popular realizado em Lisboa, com milhares de pessoas, demonstrando que as realidades, valores e ideais de Abril permanecem actuais na vida presente , correspondendo ao apelo da Associação 25 de Abril em que afirmava, nomeadamente, que a crise internacional não poderá servir de cobertura para perpetrar arbitrariedades e violências contra os trabalhadores. No próximo dia 1º de Maio cumprem-se 123 anos sobre a luta dos trabalhadores de Chicago pelas 8 Horas de trabalho diário. A violência da repressão, associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então que as lutas dos trabalhadores têm contribuído decisivamente para as alterações mais significativas nas relações de trabalho, para a construção de um valioso património civilizacional e para um quadro de referências marcante nas sociedades democráticas. O direito ao emprego estável e com direitos, a um salário que garanta uma vida digna, a um horário que assegure a conciliação da vida profissional com a familiar, a condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, ao respeito pelos contratos colectivos e direitos consagrados constituem valores estruturantes de uma sociedade democrática, de bem estar e progresso social onde o trabalho tem que ser dignificado. Em 2009, não obstante a consagração na Constituição Portuguesa de um conjunto de direitos, como pilares essenciais do regime democrático, o sistema de relações laborais encontra-se fragilizado, atacado, posto em causa, desequilibrando ainda mais a relação de forças a favor do grande patronato. A situação social agravou-se para a generalidade dos portugueses. A promessa de emprego do Governo PS esvaiu-se no aumento do desemprego e da precariedade. A generalidade dos salários e das pensões perdem poder de compra. As famílias estão mais pobres e endividadas. As desigualdades e a pobreza atingem níveis preocupantes. Em contrapartida, os grupos económicos e financeiros continuam a ter lucros fabulosos. Antes era o combate ao défice, agora a crise. A lógica é a mesma: pôr os patrões a lucrar e os trabalhadores a pagar. A culpa não pode morrer solteira. É preciso responsabilizar e punir severamente ao actores políticos, económicos e financeiros que estão associados às causas e consequências destas políticas. É hora de mudar de rumo. Para a solução dos problemas do país e dos portugueses é urgente romper com estas políticas. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos saúdam todos aqueles que participaram nas comemorações do 35º Aniversário do 25 de Abril e expressando indignação, afirmando solidariedade, esperança e confiança pelo progresso e pela justiça social apelam à participação nas comemorações do 1º de Maio Dia Internacional do Trabalhador porque mudar de rumo é possível, urgente e necessário.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 19 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 38 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado leu a seguinte Proposta de Alteração à Ordem do Dia, apresentada pela Mesa: “Introdução de dois Pontos: - Apreciação e votação do Projecto de Lei nº 411/X – “Elevação de Bensafim à categoria de Vila” – Ponto 1 da Ordem do Dia; - Apreciação e votação da proposta de imputação aos Municípios das despesas com pessoal – Terras do Infante – Associação de Municípios. – Ponto 11; - O Ponto 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, passa a Ponto 3; O Ponto 3 passa a 4, Ponto 4 passa a 5, Ponto 5 passa a 6, Ponto 6 passa a 7, Ponto 7 passa a 8, Ponto 8 passa a 9 e Ponto 9 passa a 10.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que era preferível a Câmara Municipal



dizer antecipadamente a urgência que tem em certas e determinadas deliberações da Câmara Municipal, do que em cima da hora estar a sugerir alterações à Ordem do Dia. Referiu ainda que a documentação referente às contas do Município foi distribuída no final da semana anterior à realização desta reunião, por isso devia ser introduzido esse ponto no final da Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.---
-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta de Alteração apresentada pela Mesa, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	2	25
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 36/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta de Alteração à Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, apresentada pela Mesa.-----
Seguidamente foi colocada a nova Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	2	25
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 37/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE LEI Nº 411/X – “ELEVACÃO DE BENSFRIM À CATEGORIA DE VILA”:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 474-9.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se a caracterização feita na documentação coincide com o presente ou se houve alguma alteração.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafirim) disse que este processo começou em 2007 e actualmente estão a ser criadas algumas coisas como a farmácia, assim como os serviços de transportes que servem Bensafirim, passam a ser A Onda, pelo que o documento está actual. Congratulou-se com o facto do Concelho de Lagos, brevemente, ir ter uma nova Vila.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a Bancada do PS se revê na elevação de Bensafirim a Vila e deu os parabéns a Bensafirim por este facto.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **PROJECTO DE LEI Nº 411/X – “ELEVACÃO DE BENSFRIM À CATEGORIA DE VILA”**.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 38/AM/2009:**



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

---**Deliberado**, por unanimidade e aclamação, emitir Parecer favorável ao Projecto de Lei nº 411/X – “Elevação de Bensafrim à categoria de Vila”.-----

-----**PONTO 2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE CEDÊNCIA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2,3, PAVILHÃO E INFRA-ESTRUTURAS DE SUPORTE, NO MOINHO DO AZEITE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-474-10.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) começou por saudar o Executivo Municipal pelo facto de ir ser construída uma nova escola em Lagos, que é bem necessária, e saudou, igualmente, o facto de ser um arquitecto local o autor do projecto. Referiu que tinham sido convidadas, para apresentarem propostas para construção da Escola, oito empresas, só que estranhou ter sido só uma empresa de Lagos convidada, quando outras existem, em Lagos, com capacidade para fazerem esta obra. Em relação às cedências perguntou se já existia algum tipo de conversação entre a Câmara Municipal e o Sr. Celestino Vermelho em relação às cedências de índices de construção para imóveis de que o Sr. Celestino Vermelho já seja proprietário, uma vez que acha preocupante a cedência de terrenos da Câmara para o Sr. Vermelho de modo a compensar este terreno cedido pelo Sr. Vermelho para a construção desta escola. Perguntou para quando o arranque da obra e qual a previsão para a mesma estar concluída. Disse que o valor patrimonial tributário não deveria ser considerado para este tipo de avaliações porque não é o valor real do prédio.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a construção desta nova escola vai ajudar a cumprir um dos desígnios do 25 de Abril, que é a educação. Referiu que esta escola irá ser uma mais valia, uma vez que esta escola é uma escola tecnopólis o que significa que vai ser equipada com todas as novas tecnologias. Disse que a localização da escola tem a ver com a reestruturação da Estrada Nacional 125, de que tão mal falou a oposição na Assembleia Municipal, mas que depois da assinatura recente do contrato para o início das obras de requalificação da EN 125, sabe-se que vai esta requalificação, trazer cerca de trinta quilómetros de novas estradas para o Concelho, quatro rotundas e a variante a Odiáxere. Disse ainda que a escola irá ser servida pela A Onda. Afirmou que o espírito da democracia tem sido enaltecido pelo Executivo camarário apoiado pelo PS a nível local e nacional.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que era motivo de satisfação para todos ver que esta escola vai já ser uma realidade, resolvendo grandes problemas de rupturas que estão estalados nas escolas do Concelho. Referiu que a Escola EB 2, 3 nº 1 de Lagos não pode ser esquecida uma vez que a localização e as suas condições não são as melhores. Disse que por vezes as crises têm lados positivos e este é um deles, uma vez que esta escola não deveria aparecer tão cedo, não tivessem sido tomadas certas



medidas contra a crise. Afirmou que esta escola vai criar novos postos de emprego. Destacou que o que interessa é que vai haver uma nova escola em Lagos.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que depois de ter ouvido a introdução do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do optimismo demonstrado pela bancada do PS, as suas palavras iam ser incómodas. Disse que estava a favor da construção da nova escola, mas se se confirmar o preço que a Câmara Municipal vai pagar pelo terreno, o negócio não vai ser nada bom, sendo que a Câmara Municipal propõe-se fazer permutas de terrenos que na presente data não os tem e não sabe quais as localizações. Referiu que as contrapartidas dizem que se a Câmara Municipal não arranjar os terrenos num prazo de dois anos o proprietário do terreno pode exigir o pagamento do terreno pelo valor da altura em que exigir o pagamento, o que faz com que o terreno valha muito mais do que os cerca de três milhões de euros pelo qual está avaliado actualmente. Disse que acha bem ser aproveitada esta oportunidade para a construção da escola, mas devia ser salvaguardada a hipótese de no caso da Câmara Municipal arranjar terrenos para a permuta o valor a pagar será de cerca de três milhões de euros. Referiu que pode estar a fazer uma má interpretação do que leu, mas acha que a Câmara vai ficar à mercê daquilo que o dono do terreno, após dois anos, quiser exigir. Disse que ou a Câmara diz qual o terreno que vai ceder, ou diz que “só” paga três milhões pelo terreno e vota a favor deste Ponto ou então votará contra, com muita pena sua.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) manifestou a sua satisfação e alegria pelo nascimento de mais uma escola em Lagos e disse que a escola eb1 integrada de Odiáxere não devia ficar esquecida. Informou que estava a ser criado um movimento pela nova escola de Odiáxere uma vez que a actual está a rebentar pelas costuras, tendo apelado à construção, num futuro muito próximo de uma nova escola em Odiáxere. Terminou dando os parabéns à Câmara Municipal e ao autor do projecto pela rapidez com que este processo decorreu.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS em Lagos cumpre Abril na Onda, no betuminoso, no betão escolar. Referiu que as escolas fazem-se a todo o custo e que tinha ficado a saber, com a intervenção do PS, que a crise era boa para Lagos e que havia uma ruptura nas escolas de Lagos. Disse que dos cinco milhões que a Câmara vai receber do Governo há que deduzir os três milhões a pagar pelo terreno. Afirmou que as coisas devem ser feitas com base custo/benefício e não devem ser feitas a todo o custo. Perguntou quantos postos de trabalho local cria a empresa que vai construir a escola. Disse que não concordava com o facto de terem sido enviados oito convites a empresas para construírem a escola e apenas uma ser empresa de Lagos, quando em Lagos há mais empresas com alvará para este tipo de obra. Disse ainda que assim o 25 de Abril cumpre-se em Lagos de vez em quando.--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que algumas das questões que a CDU queria colocar já foram colocadas, nomeadamente as relacionadas com a criação de empregos a nível local. Referiu que a CDU discordava, totalmente, com as localizações propostas no PGU para a construção de novas escolas em Lagos; Discorda com esta localização e com o método utilizado para a construção. Referiu que de repente foi esquecida a Carta Educativa de Lagos, a escola EB 2, 3 nº 1 de



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Lagos e a reivindicação de construir uma nova escola em Odiáxere. Disse que a verba envolvida é elevada. Afirmou achar importante a construção de uma nova escola, mas a solução encontrada não foi a melhor para o Concelho.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS fez contas e o terreno custa sessenta e seis euros o metro quadrado, de forma que se alguém conseguir arranjar mais barato o PS adjudica. Recordou que o PS, desde 2001 já fez a escola de Santa Maria, a escola da Ameijeira, a escola Gil Eanes, já renovaram o parque escolar e isto provoca muita azia na oposição. Disse ainda que A Onda é uma mais valia para a cidade e que o PSD em doze anos que governou o Concelho não teve ideias para colocar em prática.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) congratulou-se com a construção de uma nova escola. Disse que o preço lhe parecia um pouco elevado. Referiu que encontrar uma empresa que consiga cumprir prazos e cadernos de encargos, deve ser difícil, conhecendo o mercado dos construtores civis de Lagos, não sabe se se conseguia arranjar três empresas que conseguissem pegar numa obra desta envergadura. Disse que a Câmara Municipal está cada vez menos a comprar em Lagos, mas há outras maneiras de apoiar o tecido empresarial local. Afirmou que sem empresas não há trabalho; a Câmara não pode, nem deve contratar mais pessoas, tendo a Câmara Municipal pessoas a mais, devendo a Câmara subcontratar uma série de serviços; as Câmara, numa maneira geral, ganhavam mais se parassem para falar com as empresas.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a maior parte das preocupações levantadas pelo Sr. Eduardo Santana são preocupações da maior parte dos Deputados Municipais. Reafirmou que há empresas em Lagos com capacidade para construir um equipamento como uma escola, acrescentando que existe uma empresa de Lagos que neste momento está a construir um campo de golfe fora do Concelho com uma densidade de construção muito superior à da escola em discussão. Disse parecer-lhe que o PS quer chamar si a paternidade do 25 de Abril, mas que a partir do momento que o PS utiliza as escolas como arma de arremesso político, estava-se a falar de demagogia pura. Afirmou que o PS não vai conseguir apagar aqueles que estiveram a gerir o Concelho antes de 2001.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que sem trabalhadores também não há empresas, ou seja, não é só com uma parte que se constrói a sociedade. Destacou que na documentação apresentada devia vir a indicação de possíveis terrenos a permutar, porque assim parece que se está a passar um cheque em branco. Referiu que a Escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos merece a sua substituição.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a escola vai ser construída porque faz falta; foi uma reivindicação de Lagos e a Câmara conseguiu convencer o Ministério da Educação a trazer esta escola para Lagos. Recordou que a localização de uma escola obedece a regras, vai ser onde vai, porque a proposta de PGU de Lagos acha que aquela é a melhor localização. Em relação aos preços e contrapartidas, disse que o terreno tem dono e que aquele terreno está aprovado no PGU de 1986. Referiu que quando uma pessoa quer uma coisa de outra pessoa tem que pagar aquilo que é justo e até prova em contrário não via maneira de fazer outra



justiça que é dar à pessoa um terreno com a mesma capacidade edificativa e agradecer, porque outros por um bocadinho de terreno tiveram que ser expropriados. Disse que os valores são calculados com todas as regras que estão estabelecidas em todas as avaliações municipais, havendo quem acha que é muito e quem ache que é muito pouco. Disse que a comissão de avaliação será composta por três membros – um nomeado pela Câmara, um nomeado pelo proprietário e o terceiro cooptado pelos outros dois e que presidirá, portanto não fica a Câmara nas mãos do proprietário do terreno. Referiu que todos deviam estar agradecidos a este proprietário pelo facto de não ter complicado, caso contrário, estes quatro milhões nem tinham vindo para Lagos. Em relação às empresas disse que, diga o que se disser, em Lagos não há outra empresa como a que foi convidada pela Câmara Municipal e as outras foi-lhes dado o recado para no caso de alguma ganhar, para fazerem subcontratações a empresas locais; acrescentou que mesmo que a empresa que construir a escola não seja de Lagos, traz pessoas para Lagos que vão consumir em Lagos.-----

-----Posto isto foi colocado à votação a **MINUTA DO CONTRATO DE CEDÊNCIA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2,3, PAVILHÃO E INFRA-ESTRUTURAS DE SUPORTE, NO MOINHO DO AZEITE**, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	7	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 39/AM/2009:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Minuta do Contrato de Cedência referente à construção da nova Escola EB 2,3, Pavilhão e Infra-estruturas de suporte, no Moinho do Azeite, nos termos da alínea i) do nº 2 do Art. 53º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (IND): “Votei contra porque não concordo com o terceiro ponto da cláusula III deste contrato.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “A nossa abstenção deve-se às seguintes questões: concordamos inteiramente com a necessidade da construção de uma nova escola, mas discordamos da forma como foi encontrado o terreno para esta escola, a sua localização e o seu custo, que significa, na nossa opinião, uma falha grave do nosso planeamento ao longo destes anos: não termos terrenos disponíveis para equipamentos onde eles aparecessem e na preocupação que mantivemos em relação à escola EB 2, 3 nº 1 de Lagos, que não vimos tratada, enfim, na solução que aqui foi agora proposta. Daí a nossa abstenção.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 4 de Maio de 2009, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 13 minutos, da madrugada do dia 28 de Abril, declarado encerrada esta Reunião.---

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....

.....
